

Artigos

1. **¿Verdad y justicia através del Proceso Civil?**
Hanns Prütting 17
2. **O Ministério Público brasileiro e o aditamento à petição inicial.**
Hugo Nigro Mazzilli 29
3. **Revisitando a “colaboração processual”: ou uma autocrítica tardia, porém necessária.**
Igor Raatz 41
4. **Legitimidade para pleitear honorários sucumbenciais.**
Fernanda Martins Mônaco 75
5. **Revisitação a alguns aspectos da teoria geral da prova.**
João Batista Lopes 93
6. **Limites e critérios para a execução de decisão estruturante no processo para solução de conflitos de interesse público.**
Matheus Leite Almendra 109
7. **Técnicas decisórias com efeitos aditivos no direito comparado: modelos e casos aplicados no direito brasileiro.**
Lucas De Laurentiis; Carolina Silva Finatelli 129
8. **Ação rescisória e prescrição da pretensão executiva.**
José Henrique Mouta Araújo 147
9. **Da ação rescisória resultante de simulação ou colusão entre as partes no CPC/2015.**
José Luiz Ragazzi; Paulo Henrique Silva Godoy 165
10. **Provimento do recurso parcial e os efeitos sobre a parte da decisão não recorrida.**
Luciano Vianna Araújo 181
11. **O incidente da assunção de competência do CPC/2015 à luz da análise econômica do direito.**
Tadeu Alves Sena Gomes 201
12. **A possibilidade de instauração de incidente de resolução de demandas repetitivas a partir de causas dos juizados especiais.**
Arthur Sombra Sales Campos 225

13	Limites à cognição e o reconhecimento do domínio ou posse em embargos de terceiro: uma interpretação do art. 681 do CPC/15.	
	Pétrick Joseph Janofsky Canonico Pontes	251
14	Incidente de assunção de competência: reflexões sobre seu cabimento, suspensão de processos e fungibilidade.	
	Cassio Scarpinella Bueno	279
15	Reflexos processuais da decisão do Supremo Tribunal Federal sobre desaposentação.	
	Gustavo Filipe Barbosa Garcia	297
16	Apontamentos sobre a tutela coletiva na América Latina: Brasil, Argentina, Colômbia e Peru.	
	Paulo Guilherme R. R. Mazini	317
17	Piero Calamandrei e a tutela cautelar.	
	Remo Caponi	345
18	Financiamento de litígios por ‘terceiros’ (ou ‘third-party’ funding): o financiador é um sujeito processual? Notas sobre a participação não aparente.	
	Sofia Temer	359
19	Eficiência e consequencialismo: o caminho de desenvolvimento da solução pacífica de conflitos no âmbito da Administração Pública.	
	Rita Vasconcelos; Suelen Isabel da Silva	387
20	Uma visão – no tempo – da jurisdição. A natureza do procedimento arbitral (parte 1).	
	Márcio Bellocchi	407